

Metalúrgicos pararam por uma hora contra a proposta

Entidades protestaram contra mudanças na Previdência e trabalhistas

JOÃO SORIMA NETO

joao.sorima@sp.oglobo.com.br

-SÃO PAULO- Os metalúrgicos filiados às centrais sindicais CUT, Força Sindical, CSP-Conlutas e Intersindical fizeram ontem paralisações de uma hora em algumas das principais montadoras do país, para protestar contra as reformas propostas pelo governo do presidente Michel Temer, especialmente a trabalhista. As paralisações,

que atrasaram a entrada dos funcionários dos primeiros turnos nas linhas de montagem, também serviram para reforçar a mobilização dos trabalhadores para a greve geral convocada para sexta-feira, dia 28.

PREPARAÇÃO PARA GREVE NA SEXTA

De acordo com balanço do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, houve paralisações de uma hora nas linhas de montagem de quatro fábricas do ABC: Scania, Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen. Nas assembleias em frente a essas unidades, discutiu-se a preparação para a greve geral na próxima sexta-feira.

— A reforma trabalhista, que o governo pretende votar no Congresso nos próxi-

mos dias, vai abrir caminho para os contratos parciais de trabalho, com jornada flexível e menor remuneração, que poderão tornar-se até mesmo o padrão de contratação no país — disse Rafael Marques, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em assembleia na porta da fábrica da Scania, para acrescentar: — Sem falar nos absurdos da reforma da Previdência. Nunca foi tão necessária a mobilização dos trabalhadores.

Ontem, também houve protestos nas fábricas da Toyota, em Itu, e da Volks, em São Carlos, ambas no interior paulista. Nas fábricas da General Motors (GM) de São José dos Campos, e da Chery, em Jacareí também houve manifestações. Ainda

houve paralisações na unidade da Mitsubishi, em Catalão (GO).

As centrais, de uma maneira geral, são contra as reformas trabalhista e da Previdência. Os sindicatos dos metalúrgicos aproveitam o momento de mobilização para pôr em discussão a possibilidade de negociação de um contrato coletivo nacional para a categoria, que garanta direitos básicos previstos atualmente pela CLT.

As centrais se opõem de forma intransigente à proposta que regulamenta os contratos de trabalho temporários e a qualquer mudança na CLT. ●

Planalto intensifica negociação para garantir apoio da base aliada, na página 22